

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS  
NÚCLEO DE ENSINO SUPERIOR DE NOVO ARIPUANÃ  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA**

**SAMILI RODRIGUES AZEVEDO**

**RELATO DE EXPERIÊNCIA EM PESQUISA HISTÓRICA: MEMÓRIAS DOS  
COLONOS DO PROJETO ESPERANÇA EM NOVO ARIPUANÃ**

Novo Aripuanã  
2024



SAMILLI RODRIGUES AZEVEDO

## RELATO DE EXPERIÊNCIA EM PESQUISA HISTÓRICA

Memórias dos colonos do Projeto Esperança em Novo Aripuanã

Trabalho final, apresentado a Universidade do Estado do Amazonas - UEA, Centro de Estudos Superiores de Parintins - CESP, defendido no Núcleo de Ensino Superior de Novo Aripuanã – NESNAP, como parte das exigências para a obtenção do título de Licenciado (a) em História, sob a orientação do professor Me. André Luiz Passos Araújo.

Novo Aripuanã, 29 de novembro de 2024.

### BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. André Luiz Passos Araújo  
Professor Orientador

Prof. Me. Leonardo Lucas Britto  
Membro

Prof. Esp. Jakson de Matos Barros  
Membro

**RELATO DE EXPERIÊNCIA EM PESQUISA HISTÓRICA: MEMÓRIAS DOS  
COLONOS DO PROJETO ESPERANÇA EM NOVO ARIPUANÃ**

*Samilli Rodrigues Azevedo<sup>1</sup>  
André Luiz Passos Araújo<sup>2</sup>*

**RESUMO:** O presente trabalho se debruça sobre o relato de experiência no campo da pesquisa em História com a finalidade de apresentar os caminhos tomados para desvelar os objetos passíveis de pesquisa, que, neste caso, é o Projeto Esperança e as pessoas que vivenciaram o seu processo de implantação na região do município de Novo Aripuanã. O objetivo da pesquisa foi compreender esse processo de ocupação a partir das narrativas de depoentes em confrontação com documentação do projeto, de modo a registrar os modos de vida, as dificuldades e desafios enfrentados pelos colonos nessas terras. Para isso, foi utilizado o método da História Oral, em sua modalidade, História Oral Temática, para produzir as fontes orais que compuseram a documentação a ser analisada no trabalho de pesquisa. Os resultados obtidos apresentam uma perspectiva dos equívocos de políticas de estado que apresentam pouca efetividade e impactam violentamente a vida de pessoas. A falta de assistência adequada foram responsáveis por marcar uma narrativa marcada por violências, injustiças e conflitos sobre a questão da ocupação de terras em Novo Aripuanã.

**Palavras-chave:** Experiência em pesquisa. Projeto Esperança. Narrativas de colonos.

## **1. Introdução**

Este relato de experiência traz à tona uma descrição de projeto de pesquisa em história, no qual se debruçou sobre o tema do então chamado Projeto Esperança e a chegada dos colonos atraídos por esse programa de assentamento no município de Novo Aripuanã/AM.

Por ser um tema muito comum quando se trata da história do município, e pelo fato de ter causado importantes impactos, houve a preocupação de compreender melhor como se deu esse processo, daí a necessidade da investigação histórica que trata este trabalho. Objetivou-se assim, destacar como ocorreu o processo de atração de mão de obra para a região e suas consequências, bem como traçar as vivências e desafios encontrados pelos colonos ao longo dessa caminhada. Foi destacado ainda, a compreensão do contexto que levou esses trabalhadores agrícolas a abandonarem sua terra em direção a uma proposta que os lançou em uma penosa aventura pela realidade amazônica.

O Projeto de Assentamento Dirigido (PAD), mais conhecido como Projeto Esperança, foi criado pelo governador Gilberto Mestrinho, em convênio com o Instituto Nacional de

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Licenciatura em História, Núcleo de Ensino Superior de Novo Aripuanã – NESNAP, Universidade do Estado do Amazonas – UEA. *E-mail:* samilliazevedo08@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Assistente do curso de Licenciatura em História do núcleo de Ensino Superior de Novo Aripuanã – NESNAP, Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas – PPGH/UFAM. *E-mail:* luizpassos\_am@yahoo.com.br

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Banco do Estado do Amazonas (BEA) e execução do Instituto de Terras do Amazonas (ITERAM), com o intuito de arregimentar para o estado do Amazonas famílias de trabalhadores oriundas, em sua maioria, do sul do país, com o objetivo de alavancar o crescimento do estado em dois sentidos: populacional, como incremento da política de ocupação da Amazônia; e econômico, diante do viário regional que permitia escoamento de produção para os grandes centros do Brasil.

Diante disto, esse trabalho cumpre uma dupla função: a primeira, de servir como referência para a História local, de forma que o a população compreenda o contexto do projeto e a importância desses colonos para a cidade da qual também fazem parte; a segunda, por trazer à tona uma análise por via da ciência da história que pode enriquecer os saberes a respeito do tema e oferecer possibilidades para outros trabalhos que tratem do tema.

De forma geral, o objetivo deste trabalho, é compreender o processo de migração e integração dos colonos em Novo Aripuanã, analisando a memória sobre o evento, quais as visões dos colonos sobre esse acontecimento, e as consequências do Projeto na comunidade aripuanense. Se pretendeu ainda promover a preservação da memória dos colonos que prestaram depoimentos neste trabalho, expor os problemas e desafios encontrados por eles para compreender o cenário desse fenômeno de migração.

Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema da migração e da colonização na Amazônia, que deu bases para realizar o procedimento das entrevistas por meio do uso da História Oral, método do qual se serviu este trabalho diante da escassez de fontes tradicionais escritas. Assim, se valorizam as narrativas e memórias das pessoas de forma a rede de entrevistados utilizando-as como ferramentas para reconstrução do passado.

Além da pesquisa bibliográfica e do uso da História Oral para construção das fontes orais, também foi utilizado como fonte um dossiê com uma série de documentos produzidos e organizados pelo Serviço Nacional de Inteligência (SNI) que investigou um caso de “perturbação da paz e subversão” relativo ao Projeto Esperança e que ofereceu importantes informações para este trabalho.

Assim, para melhor compreensão, este trabalho foi dividido em 3 subtemas, os quais: “O Projeto Esperança: uma tentativa controversa de colonização da Amazônia”, onde fala-se sobre as características e objetivos do projeto e como a notícia de sua implementação chegou até os colonos que participaram e receberam os benefícios oferecidos pelo governo; em seguida, aborda-se sobre “A chegada dos colonos em Novo Aripuanã”, onde são relatadas suas trajetórias e chegada até o município, os conflitos enfrentados e os motivos que levaram a

permanência desses colonos no local. Por fim, em “Projeto (Des)Esperança: o desamparo dos colonos no meio da Amazônia” fala-se sobre as promessas oferecidas pelo governo que não foram cumpridas e os conflitos gerados por conta da má administração do projeto, que resultou no retorno de muitos colonos a seu estado por não aceitarem a situação em que foram postos.

## **2. Procedimentos metodológicos**

Os procedimentos usados ao longo deste trabalho passam por revisão bibliográfica de artigos e resenhas sobre o tema, e a utilização de um dossiê produzido pelo Sistema Nacional de Informações (SNI) que possui uma coleção de documentos relacionados ao processo de colonização e aos conflitos gerados na região. Trata-se do “Arquivo Cronológico de Entrada ACE 4941/84” que se divide em dois documentos processuais de investigação os quais: INFÃO 0054/19/AMA/84 Problemas Fundiários – Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) Novo Aripuanã/Amazonas; e INFE 0359/30/AMA/84 Trabalho Escravo – Fazenda Belém, Município de Novo Aripuanã/AM.

Concomitante, e de forma predominante, foi feito o uso da História Oral para conduzir entrevistas com os migrantes remanescentes e seus descendentes a fim de captar, em suas narrativas, informações sobre o “Projeto Esperança” em Novo Aripuanã. Dessa forma recorreu-se às lembranças desse grupo para compreender suas vivências e reconstruir o processo de migração bem como as características do projeto em sua amplitude e suas consequências.

O uso da História Oral nesse trabalho foi essencial no sentido de oferecer fontes que tratam do tema a partir das narrativas dos entrevistados selecionados para a pesquisa. Neste sentido, serviu-se das fontes orais como principal meio de informação. A História Oral constitui-se como “um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações do passado” (Delgado, 2006, p. 15).

Nesse sentido, o uso da história oral como método pode ser encarado como recurso que enriquece as análises historiográficas e contribui para o estudo das dinâmicas referentes às narrativas sobre o passado. Além disso, propõe a oportunidade de os sujeitos envolvidos na pesquisa de relembrem suas memórias e vivências de modo a compartilhar suas perspectivas e sensações pessoais, capturando narrativas e informações que não podem ser registradas em outro tipo de documentos, garantindo também a recordação de uma memória coletiva, mantendo “unidade e coerência às entrevistas enfileiradas em um mesmo conjunto e a repetição de certos fatores que, por fim, caracteriza a memória coletiva” (Meihy e Holanda, 2015, p. 28).

Assim, a construção deste relato se vale pela gravação de entrevistas para registro e tratamento de narrativas que explicitam a memória dos depoentes. É por meio de suas falas que a memória se concretiza nas gravações e tornam-se fonte capaz de ser analisada e interpretada, perfazendo a ideia de que a memória é o alimento da história. Assim,

A entrevista em história oral é a manifestação do que se convencionou chamar de documentação oral, ou seja, suporte material derivado de linguagem verbal expressa para esse fim. A documentação oral quando aprendida por meio de gravações eletrônicas feitas com o propósito de registro torna-se Fonte Oral. (Meihy e Holanda, 2015, p. 14)

A pesquisa foi realizada na cidade de Novo Aripuanã no interior do Estado do Amazonas, com os colonos que ainda residem no município. Durante o processo das entrevistas, foram utilizados 3 (três) depoentes sendo 1 (uma) mulher e 2 (dois) homens com a faixa etária de 50 a 80 anos, que relataram suas trajetórias ao longo dos anos e sua chegada no município os quais: Sra. Yara Valeria Mariano que concedeu entrevista no dia 13 de junho 2024; o Sr. Roberto Aparecido Bonifácio, entrevistado no dia 11 de outubro de 2024; e o Sr. Manoel Luiz Alves, entrevistado no dia 11 de outubro de 2024. As entrevistas foram gravadas em formato digital, por um aparelho celular, com a autorização dos colaboradores obedecendo a um roteiro de perguntas abertas (semidirigido). Em seguida, as entrevistas foram transcritas e textualizadas para serem utilizadas no artigo como fonte oral, obedecendo ao conjunto de procedimentos que garante a produção das fontes orais, uma vez que esse método “não se trata apenas de um ato ou procedimentos únicos. História Oral é a soma articulada, planejada, de algumas atitudes pensadas como um conjunto. Não é apenas a entrevista ou outra fonte oral que marca a história oral”. (Meihy e Holanda, 2015, p. 15)

### **3. O Projeto Esperança: uma tentativa controversa de colonização da Amazônia**

Seguindo o mesmo eixo das ações de ocupação dos vazios demográficos pensados pelo governo Militar, os Projetos de Assentamento Dirigido (PAD's) aparecem como alternativa de resolver problemas de distribuição de terras. A Amazônia, como grande espaço não desbravado era colocada possibilidade de desafogar os grandes centros agrários oferecendo extensas porções de terra para o desenvolvimento da agricultura familiar. Assim se resolvia o grande gargalo das políticas fundiárias no Brasil: distribuição de terras, para a produção rural e familiar; e permanência dos colonos por meio de financiamento e suporte técnico.

Apesar de os PAD's apresentarem uma estrutura diferenciada, prevendo suporte para os colonos, é comum que onde eles ocorram, haja grande evasão das terras loteadas, pois a

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

realidade dos locais em que são implantados e os problemas de gestão de recursos comprometem o projeto. “O grande objetivo é promover o desenvolvimento rural por meio da agricultura familiar. Porém, as contradições e a realidade no campo mostram que, ao longo do tempo, em muitos projetos há uma redução da agricultura familiar, bem como uma diminuição da qualidade de vida dessas famílias”. (Maciel, et. al., 2018, p. 158).

No município de Novo Aripuanã as coisas não caminharam conforme planejado. Uma sucessão de erros e de falta de planejamento e gestão, ao invés de promoverem a justiça social por meio da distribuição de terras, acabaram por gerar uma história cheia de tragédias, dramas e contradições que marcaram o imaginário da cidade.

O Projeto Esperança, como era denominado, foi uma iniciativa do Governo do Estado do Amazonas, na gestão de Gilberto Mestrinho, em convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o então Banco do Estado do Amazonas (BEA), ficando a cargo do Instituto de Terras e Colonização do Amazonas (ITERAM) a execução do projeto. Este acordo celebrava uma aplicação vultuosa de recursos que tinha como objetivo a estruturação do solo, o traslado de colonos, o financiamento de ferramentas de trabalho e insumos, e, finalmente, uma quantia mensal para os colonos adquirirem gêneros alimentícios na Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL). Foi prometido ainda, uma estrutura de transporte, assistência médica e educação que contribuiu para onerar em muito o projeto resultando no emprego volumoso de recursos. Objetivava-se com isso, cumprir com a velha premissa de “ocupar as vastas terras sem homens por homens sem-terra”.

O Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) Novo Aripuanã, também denominado de “Projeto Esperança”, é um empreendimento do Governo do Estado do Amazonas, projetado e executado pelo Instituto de Terras e Colonização do Amazonas (ITERAM), que tem por objetivo específico assentar, em 3 (três) etapas consecutivas, cerca de 3.300 (três mil e trezentas) famílias em módulos (lotes) de 100 (cem) ha. Num ponto mais amplo, o de fixar o homem à terra, por via da organização de ocupações já existentes e pela absorção de fluxos migratórios de outras áreas do Estado e da União, viabilizando, portanto, a projetada meta, numa área de inexpressiva densidade populacional, da colonização espontânea e a conseqüente integração ao processo produtivo do setor primário da economia regional. (Brasil, 1984, p. 01)

O projeto previa três etapas de concretização e arregimentação de trabalhadores agrícolas oriundos do sul do país para efetuar a produção agrícola e desenvolver a região pelo incremento da agricultura familiar, oferecendo uma fonte de subsistência em consonância com as comunidades da região e escoando a produção para outros redutos, inclusive.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

O cenário apresentado era muito encantador, pois aliava o sonho de posse da própria terra, bem como a possibilidade de recomeçar a vida e se integrarem naquela nova realidade. A fala do colono a seguir expressa bem esse quadro:

Então, como lá para o sul, qualquer pequena área de terra é agricultável, é terra boa, então todas as pessoas que vieram para cá tinham esse desejo de ser um grande produtor. Embora não sabiam que as terras aqui, embora 100 hectares para cada produtor, mas as terras são fracas, elas produzem muito bem banana e o que mais que ela pode produzir. Só algumas coisas da região, mas aquele cultivo lá do Sul, feijão, arroz, essas coisas, ela é bem fraca, ela não produz. (Roberto Bonifácio, 2024)

As campanhas de atração de colonos prometiam colocar em prática tudo o que era previsto no contrato. Realizar uma mudança dessa proporção representava uma transformação positiva para a maioria dos colonos. Existia também a ideia de que esses trabalhadores garantiriam a transformação daquela região do Amazonas, levando desenvolvimento e instituindo, como aponta matéria de jornal constante no ACE consultado, a “Nova Curitiba” no Sul de Novo Aripuanã.

É isso mesmo, a Nova Curitiba será construída no Amazonas em junho deste ano. [...] Para seleção das famílias devem ser observados [ilegível] itens básicos, devem ser de origem [ilegível], ter disposição para trabalhar em um projeto que não será fácil em seu começo; ter consciência de que participarão de um projeto inédito na Amazônia. [...] a adaptação será supervisionada por técnicos especializados, mas não haverá autoritarismo, tudo é decidido em assembleia onde poderão escolher, inclusive, quem será seu vizinho. (Brasil, 1984, p. 19)

É bastante compreensivo que os executores do Projeto, juntamente com os meios de comunicação, expusessem as formas de atração dessas famílias, oferecendo-lhes uma espécie de aventura em meio ao desconhecido, alertando-os sobre as dificuldades, mas que estas seriam superadas uma vez que, pelo seu trabalho árduo e pelo sempre disponível suporte do Estado, alcançariam uma condição favorável a uma boa vida.

O relato da Sra. Yara, a seguir, demonstra, por exemplo, que seu deslocamento ainda na adolescência com a sua família, foi informado pelos meios de comunicação populares como TV e rádio. Essa difusão da informação a respeito do projeto gerava a esperança de que aquela população com poucas condições de comprarem um pequeno pedaço de terra para cultivar se tornariam grandes produtores rurais. Seus pais, ao verem as notícias, decidiram se cadastrar no projeto e mudar radicalmente suas vidas no Amazonas.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

No caso, eram os dois governadores com a intenção de trazer pessoas para cá para colonizar as terras, para trabalharem nas terras. Foi concordado essa... Foi feito esse acordo entre eles e aqui foi doado 42 hectares para cada família. [...] Pois é. Saiu essa notícia [...] na rádio, na televisão, saía, entendeu. Aquelas pessoas que quisessem vir ganhar. (Yara Mariano, 2024)

Dessa forma, a cooptação dos colonos acontece de forma maciça, a partir de 1982 sendo que, na primeira leva de colonos destacados para o Amazonas, tem-se um número de 280 (duzentas e oitenta) famílias, que receberam todo o apoio logístico conforme combinado no projeto. (Brasil, 1984, p. 39)

Vale discutir nesse ponto uma questão que não aparece de forma explícita nas fontes, mas dá uma dimensão acerca da visão que o próprio Governo do Estado do Amazonas tinha sobre sua população. Para tanto, é digno de avaliação uma fala do Sr. Roberto que, em conversa com seu pai, chegou a ouvir o relato de que a preferência do governo por colonos sulista se dava por conta de os trabalhadores amazonense terem medo de ser explorados pelos “coronéis” da região, uma vez que não havia fiscalização do trabalho. O Projeto Esperança trazia uma inovação, pois dava aos colonos, pelo menos em teoria, a garantia da posse sobre as terras.

Aí eles falaram que não usaram o povo daqui porque eles tinham medo dos latifundiários que eram donos das terras, então por isso que buscaram gente de fora, para tomar posse, e deu certo a ideia dele, porque a maioria dos lotes que foram deixados pelos colonos, hoje é posse dos amazonenses, com título de definitivo. (Roberto Bonifácio, 2024)

O Sr. Roberto, ao se referir à saída dos colonos, meio que interpreta a questão da reocupação das terras pelos amazonenses como uma estratégia. Como se o governo usasse os colonos para desmembrar as terras dos latifundiários em favor dos agricultores sulista e em seguida os fizesse desistir de permanecer nos lotes a partir das difíceis condições que lhes foram impostas depois. Talvez, essa interpretação tenha ocorrido pelo fato de que a justificativa apresentada a seu pai, e depois passada a ele, era por demais estranha e uma forma de dar sentido a ela era compreendê-la a partir desse ponto de vista.

Porém, essa justificativa em preterir a mão de obra amazonense no projeto parece ter uma conotação mais voltada para o preconceito. Nisso, o projeto possuía um direcionamento estranho, uma vez que, nas fontes, se percebe de forma velada, a ideia de que os colonos sulistas seriam mais atuantes no trabalho, onde saberiam utilizar as terras de forma mais produtiva de modo a “ensinar” os ribeirinhos o valor da labuta a assim alcançar, na junção dessas forças, o objetivo final de alavancar o crescimento na região.

Isso fica claro mais adiante, quando os conflitos em relação à má gestão do projeto começam a aparecer e o governo, na tentativa de voltar os colonos contra os ribeirinhos, afirma categoricamente que estes precisam aprender muito o valor do trabalho. Nesse sentido, ao analisar a tempestade de equívocos e descaso que se abatia sobre toda a questão do projeto, Ribeiro (1998, p. 59) expõe que

o conflito traz à tona a ideologia que tem legitimado a exploração de ambos [colonos e ribeirinhos], caracterizados como “preguiçosos”. O próprio governo estadual estimula a competição entre trabalhadores, afirmando que os agricultores amazonenses têm muito o que aprender com colonos que praticam outras culturas e estão familiarizados com bancos. (Ribeiro, 1998, p. 59)

Seria uma imprecisão afirmar com toda a certeza que o caráter de exclusão das comunidades ribeirinhas no processo de ocupação dos lotes do Projeto Esperança tenha se dado por conta de preconceito. Mas a dúvida ainda está em aberto, uma vez que nenhuma das fontes consultadas até o momento tenha informações conclusivas. O fato é que, com esse projeto de colonização, os investimentos para adequar toda a estrutura foi significativo e desconfianças em relação a idoneidade a respeito da aplicação desses recursos em consonância com o preconizado no acordo.

#### **4. A chegada dos colonos em Novo Aripuanã**

Para compreensão da migração dos colonos para Novo Aripuanã, reporta-se a narrativas dos depoentes que elucidam uma parte do processo de decisões que consistiu na escolha de deixar sua casa, sua vida, para enfrentar uma nova fase cheia de esperanças de estabilidade econômica por meio do trabalho na terra.

A decisão de permanecer no contexto do projeto no Amazonas obedecia, em muitos casos, um duplo trajeto dos colonos, afinal se tratava de uma realidade pouco conhecida, exigindo uma ideia inicial de como esta realidade se colocaria. A fase inicial do projeto, apresentou uma certa estabilidade, pois o governo até então havia cumprido com o suporte prometido quando da inscrição do candidato a colono. Dessa forma, ao constatar, em primeira visita, que os acordos seriam cumpridos o colono se vestia de certa segurança e confiança. Assim, com boas impressões sobre o processo e a perspectiva de garantia do suporte necessário, alguns deles retornam ao local de origem para buscar os demais membros da família e enfim consolidar sua permanência na região. A fala do Sr. Roberto dá uma ideia desse movimento:

...Meu pai já estava no Amazonas, porque ele veio no projeto Esperança, elaborado pelo Gilberto Mestrinho, para ter um assentamento de colonos em

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

Novo Aripuanã. [...] E meu pai veio no ano de 82 para Novo Aripuanã, com destino esperançoso de 100 hectares de terra, ajuda de custo do governo, para poder lavrar a terra. [...] Com isso muitos dos meus tios vieram com ele também. [...] Eu senti desejo de vir com meu pai, viemos para cá e nem ficamos na cidade para continuar o estudo. Fomos direto para o sítio aqui chamado Rio Jatuarana, é dentro do Rio Aripuanã. [...] Cheguei no ano de 84, subi naquela escadaria, aquele hotel da Dona Josefa, as mesmas cores que existem hoje. (Roberto Bonifácio, 2024)

Essa digressão sobre a questão dos primeiros colonos é importante, uma vez que sua migração para a região era assistida pelos termos do contrato do projeto, sendo contempladas com melhores condições. Porém, houve colonos que se aventuraram no processo de migração por conta própria pelo fato de tomarem conhecimento das condições ofertadas pelo governo. Assim, essas famílias se deslocavam de sua região às cegas para tentar, por pura sorte, se cadastrar no projeto e serem contemplados. Vale destacar a experiência do Sr. Manoel que afirma:

eu morava no estado do Mato Grosso do Sul [...] quando foi em 83, [...] viemos pra Rondônia, [...] dia 1º de janeiro de 83. Aí [...] chegamos em Rondônia, eu fui lá pro [...] um sítio lá perto de Cacoal, aí eu fui morar lá, morei por aqui 6 meses, [...] aí escutou falar desse projeto do Gilberto Mestrinho, pra trazer os colonos pra cá, [...] Pra trazer aqui pra Amazônia, [...] chegamos aqui e foi dia 1º de julho. [...] Naquele tempo era do Padre Franco que tinha, do tempo do projeto, [...] Quando eu vim de Rondônia, [...] foi feito um cadastro lá de Cacoal, pra vir direito aqui ao Amazonas, já tinha um lugar próprio pra nós ficar, [...] Eu tenho o cadastro aqui, quando eu saí do INCRA, lá de Cacoal, aí já me deram aquele, um documento pra chegar aqui, já tem um lugar. Que não pude conseguir lá em Cacoal, vim conseguir aqui, aqui no Amazonas. (Manoel Alves, 2024)

Não parecia ser comum assegurar a inscrição de pessoas de outras regiões fora do circuito organizado pelo projeto, como foi o caso do Sr. Manoel. Mesmo assim, a documentação abre margem para essa possibilidade e o relato dos depoentes apontam para isso. A princípio, era estabelecido um trajeto para esse deslocamento que assegurava um único movimento de transporte que se dava por via rodoviária do Paraná até a capital de Rondônia/RO, de onde seguiam via fluvial até o município de Novo Aripuanã/AM. Ao chegarem na localidade, eram direcionados a um acampamento militar, construído pelo governo para acolher os migrantes que conseqüentemente eram conduzidos aos seus lotes.

[...] eles foram trazidos desde a sua localidade, com ônibus, tudo pago pelo governo, suas famílias, direto a Porto Velho, e Porto Velho desceram nas lanchas, chamado Barreirinha, eram umas lanchas de ferro, navio de ferro que vieram, que davam apoio, se não me falho a memória, tinha uns três barcos desses, muito grandes, que traziam as famílias, e assentavam as famílias nos rios. (Roberto Bonifácio, 2024)

Essas condições de transporte vão se precarizando com o tempo. Problemas de gestão dos recursos vão tornando as viagens cada vez mais perigosas e desconfortáveis. A terceira etapa de migração para os lotes foi marcada por essa precarização do traslado dos colonos.

Nós saímos de nossa casa no dia 9 de junho de 1984. [...] Fomos direto para a Polícia Federal Rodoviária, [...] tinha que passar toda a documentação de todo mundo para saber quem era [...] essa primeira noite, nós dormimos no estacionamento lá, em Curitiba ainda. E saímos no dia 10, [...] chegamos dia 20, em Porto Velho. Viemos de um pau-de-arara, [...] era aqueles caminhões Scania, [...] coberto de lona. Houve acidentes, houve muita coisa de lá para cá, [...] muita, criança, muita gente. Muita gente adoecia, [...]. Foi uma viagem muito difícil, entendeu. E quando chegou em Porto Velho, dez dias depois, tinha uma balsa chamada Barreirinha. E nessa balsa, nós passamos mais três dias para chegar até o rio Aracu. Nós não paramos aqui na cidade. Nós fomos direto. Quando chegou ali na ponta, [...] já dobrou diretamente para o rio Aracu. [...] Quando chegamos [...] existiam muitas barracas do Exército tudo armado, que era a nossa moradia provisória. (Yara Mariano, 2024).

A chegada dos sulistas na região, demonstra a atuação dos militares no Projeto Esperança, pois suas ações eram determinantes para execução e distribuição de terras para os colonos oferecendo a logística com as condições mínimas de permanência. Essa participação não fica muito clara na documentação, porém é estrutural no sentido de coordenar os assentamentos. Fica evidente na fala dos depoentes, que os processos de transporte e alocação dos migrantes era turbulento e à medida que iam avançando as etapas, as condições pioravam ainda mais. Esse processo se colocava como um sintoma dos diversos problemas que os colonos iriam enfrentar em sua trajetória na região.

## **5. Projeto (Des)Esperança: o desamparo dos colonos no meio da Amazônia**

Em meio à falta de planejamento adequado para coordenação de um projeto de colonização desse vulto, que pretendia assentar mais de mil famílias em meio à Amazônia, o Projeto Esperança começa a apresentar sérios sinais de falência e a falta de assistência aos colonos foi a tônica que garantiu seu fracasso. Em pouco tempo, a estrutura preparada não era suficiente para atender às demandas e não se colocava como sustentável, uma vez que os planos de produtividade não deram os resultados esperados. Um dos gargalos nesse sentido, foi o problema da infertilidade do solo, que era imprópria para o cultivo de gêneros que os colonos já dominavam.

Soma-se a isso, a dificuldade de adaptação com o clima, o desconhecimento da região e das doenças que assolavam os acampamentos, bem como o rareamento dos benefícios ofertados pelo governo, o recuo das ajudas de custo, os desvios de alimentos, e assim por diante,

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

e tem-se um cenário de crise, desespero e desamparo. Isso fez com que muitos colonos buscassem o retorno às suas terras. Essa situação começa a ser exposta e denúncias passaram a ser recorrentes. O relatório “INFÃO 0054/19/AMA/84 Problemas Fundiários – Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) Novo Aripuanã/Amazonas” documento constante no dossiê ACE 4941/84 e que foi elaborado para investigar os conflitos que começaram a surgir com as denúncias de irregularidade do projeto e de insurreição dos colonos, afirma que: “Como se pode constatar é um empreendimento novo, vulnerável, com problemas, em função das próprias peculiaridades naturais da região, que implicam, evidentemente, em grandes óbices a parte de uma clientela sem qualquer identidade e/ou vivência com a realidade regional”. (Brasil, 1984, p. 03)

Mais adiante, o mesmo documento afirma, baseado nas denúncias e reportagem de jornais:

- que em NOV/83, surgiram os primeiros indícios de inconformismos e insatisfações dos colonos, quando naquela ocasião, o Executor do Projeto comunicava aos mesmos, que havia recebido ordens da Presidência do ITERAM para suspender o financiamento e o fornecimento de gêneros alimentícios pela COBAL aos parceiros. Esse comunicado revoltou os colonos que ameaçaram atear fogo nas sedes do BEA, da COBAL e do ITERAM. - que o ITERAM não cumpriu a promessa de financiamento [...], de transportes, escolas para os filhos dos colonos e assistência médica-odontológica, etc. - que a CODEAGRO não fornecia em época oportuna, insumos agrícolas necessários, e quando fornecidos, além da péssima qualidade do material e falta de assistência técnica, os mesmos eram vendidos a preços elevados; (Brasil, 1984, p. 03)

É curioso que o relatório do SNI traga essa perspectiva de atribuir a culpabilidade dos problemas relatados na má gestão do projeto, porém, oferece, mais adiante, sugestões de como sanar as insatisfações e uma delas se dá, em consonância com a posição do Estado, no afastamento de pessoas que façam denúncias ou procurem organizar e oferecer intermediação junto aos órgãos competentes. Um desses “agitadores”, além de 18 famílias que seriam encaminhadas de volta para o sul, seria o Padre Antônio Ramiro Benito que foi reconhecido como principal elemento nas denúncias e é visto da seguinte forma: “é inegável a ação desagregadora do Clero, na pessoa do pe. ANTÔNIO RAMIRO BENITO (sic), pároco de Novo Aripuanã, a quem inclusive, é solicitada a sua retirada por segmentos representativos da sociedade, do referido município” (Brasil, 1984, p.08).

Na apuração dos fatos, o serviço reúne uma série de documentos dentre eles um informativo produzido pela igreja chamado “Painho” no qual refere-se aos assentamentos do projeto como um campo de concentração dadas as intensas dificuldades.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

O Projeto Esperança, no município de Novo Aripuanã, está sendo transformado pelo ITERAM num verdadeiro campo de concentração. [...] estão passando por graves dificuldades e até mesmo pela fome, causada pela safra insuficiente, pela suspensão do financiamento, pela assistência médica e por inúmeras promessas não cumpridas.” (Brasil, 1984, p. 06-7).

Essa dificuldade é relatada pelos depoentes e fica bem explícita na narrativa da Sra. Yara, em que descreve a distribuição de alimentos no acampamento antes de serem encaminhados aos seus lotes:

...todo dia era dado, a gente entrava na fila para pegar o que ia ser consumido. No caso de manhã, a gente entrava na fila para pegar o que seria para o almoço. No caso, aquela quantidade de arroz cru, tudo cru, cada um fazia o seu. Aí aquela quantidade de arroz, de feijão, disso, daquilo, aquilo, outro. Com o passar do tempo, aí quando era tarde, a gente entrava na fila para pegar o que ia ser para a janta. Quando é depois da janta, entrava na fila para pegar o que seria no café da manhã. Então, é... Com o passar do tempo, as coisas foram acabando, não foram repondo, e a gente foi se virando e muita gente indo embora.” (Yara Mariano, 2024)

Além da dificuldade de alimentos nos acampamentos, existia a dificuldade de aquisição de comida no estabelecimento adaptado para dar assistência aos colonos, a COBAL, que atuava por meio de uma burocracia que tornava complicada a compra, que era agravada pela redução e corte do subsídio mensal para sustento das famílias. Em meio a isso, surgem uma série de denúncias que apontavam para casos de corrupção dentro do órgão que burlava os acordos e a sua função social. “Muitas vezes faltaram, na COBAL, para os colonos, os gêneros de primeira necessidade. Ou porque não chegava em tempo, ou porque eram vendidos aos comerciantes da cidade para serem revendidos”. (Brasil, 1984, p. 64)

A situação de penúria se aprofunda quando se trata da questão de assistência médica, um dos itens que fora prometido pelo estado e que não foi cumprido. A dura vida na mata fechada, em ambiente pouco conhecido pelos colonos, propiciava constantes acidentes que necessitavam de cuidados complexos. O acidente do Sr. Manoel ilustra essa dificuldade de atendimento e de assistência:

Eu mesmo cortei minhas pernas aqui, vocês vão ver, eu quase que eu perco a perna com o motosserra. Aí é o seguinte, passava duas vezes por semana a voadeira, até a cabeceira do rio, procurando se tinha alguma gente doente, algum machucado, tinha que ver, caía a pau em cima da pessoa, matava, se machucava. Aí vinha duas vezes por semana a voadeira. Saía aqui da boca do rio até a cabeceira. E foi na vez que eles foram, eu ainda tinha cortado minha perna, estava com dois dias. Aí a minha esposa fez um pano assim e espanou [...] foi o meu esposo que cortou a perna, o motosserra. Ele falou, então eu vou levar ali no posto, ali tem um posto ali na frente, eu vou levar lá. Aí eu fui lá, ele me levou lá, aí a enfermeira falou assim, a mulher, a médica falou: ó,

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

doutor Manoel, não dá para costurar, porque você cortou ontem, agora não tem jeito de costurar mais. Eu vou te dar uma injeção, eu vou te dar uns comprimidos, você bebe. Aí foi o que aconteceu. (Manoel Alves, 2024)

Ainda no informativo “Paneiro” compilado pelo ACE 4941/84 (Brasil, 1984), destaca-se que as condições de atendimento médico na cidade e a estrutura hospitalar encontrava-se sobrecarregada e em condições desumanas.

A cidade não estava preparada para receber estas famílias. Não se pensou em criar uma infraestrutura necessária para atender, humanamente, os colonos e moradores da cidade. O hospital da cidade, com capacidade para 15 leitos, chegou a internar 50 pacientes. Jogados em colchões nos corredores e até debaixo das camas, na maior sujeira e falta de respeito à dignidade de pessoa humana. (Brasil, 1984, p. 64)

Ao dar fortes sinais de declínio que resultaram em duros cenários de descaso e abandono, começa-se um movimento de retirada dos colonos, que repensam suas condições e decidem, de alguma forma, retornar para suas terras. Esta decisão se junta às denúncias e fazem voz para que o Estado arque com as despesas de retorno dos migrantes para o sul, aumentando ainda mais as pressões.

Com o surgimento do impasse, por força de recusa dos colonos paranaenses de se retirarem da cidade, sem que o INTERAM os indenizassem, por “trabalhos por eles executados nos lotes do projeto”, e no imperativo das repercussões e dos problemas de ordem humanitária, o Governo do Estado, sensibilizado com a situação autorizou negociações, através do CMT do Destacamento da PM/AM no local, quando foi aceito pelos colonos, a indenização no valor de C\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros) por famílias, transporte de barco até PORTO VELHO/RO e transporte rodoviário até CURITIBA/PR. (Brasil, 1984, p. 06)

Nesse movimento de retorno, pode-se perceber que houve quem permanecesse na região. Muitos foram os motivos que fizeram com que os remanescentes prosseguissem, mas, pelo menos entre os depoentes, nenhum deles esteve ligado diretamente ao projeto de colonização que, a essa altura, já não apresentava qualquer fôlego para continuar.

Ao não concretizar o prometido, o Projeto Esperança deixou um rastro de desilusão e abandono. Porém, entre algumas famílias, foi possível superar as adversidades, adaptar-se a muito custo e estabelecer morada em Novo Aripuanã integrando-se à vida nos diversos setores da sociedade.

É, a gente estranhou a terra, que é diferente, [...] a gente não sabia bem como é que ia plantar. Muitas coisas não pegavam. [...] o que não plantava não dava certo, aí a gente espera outro ano, e aí até a gente chegar a pegar uma base

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

com a terra, aí demorou mais ou menos uns 10 anos pra fazer isso. (Manoel Alves, 2024)

Muitos ficaram. A maioria que ficaram porque foram introduzidos na sociedade. Uns passaram a ser funcionários de prefeitura, outros conseguiram ser funcionários do Estado. Então, foi assim que ficaram... Outros já constituíram família nesse lugar. E devido à família pertencer a esse lugar, foi se adaptando. (Roberto Bonifácio, 2024)

Assim, muitos foram se adaptando na região, aprendendo os costumes com os amazonenses, tomando conhecimento dos frutos e alimentos da terra, adaptando-se ao clima e a cultura. Dessa forma, foram criando raízes na região e estabeleceram-se no lugar, construindo seus próprios negócios e muitos inclusive cresceram na cidade. Como narra a Sra. Yara Mariano da sua permanência e seu empreendimento na cidade.

Eu fiquei por já estar casada e com filhos. E já tinha minha casa aqui. Então, eu não ia, não fui. E foi se passando os tempos e as coisas foram acontecendo e eu fui ficando, né. E eu não sou daqui e nem vim para ficar, porque o objetivo não era eu ficar aqui, entendeu? Mas eu sou uma das que estou aqui, né. Eu gosto da cidade, entendeu? Gosto muito da cidade, gosto do lugar, tanto é que estamos aí com um novo empreendimento. (Yara Mariano, 2024)

A questão financeira também aparece como um fator de permanência. Sem recursos para proporcionar o retorno à terra de origem, viram-se obrigados a se adaptar com o novo lugar e suas peculiaridades, formando famílias que ainda residem na cidade.

Logo no começo, é difícil, não pode ir embora, mas depois vai melhorando. É, depois da vontade daquela vez, vai ir embora, né? Mas foi, até que a gente conseguiu, se caiu, e a gente está lutando. Até hoje, eu estou aqui já, quando eu estava falando com 40 anos, já disse, estou aqui no Amazonas, já quase virei um amazonense. [...] É o lugar mais bom de viver aqui. É o lugar melhor de viver aqui no Amazonas, que é aqui. É porque aqui é um lugar muito sadio, é, muito sadio. Lá no Rio, onde eu morava, lá é muito sadio. [...] É, aqui é muito bom, não tem lugar melhor do que aqui, não tem nada. Então a melhor coisa que aconteceu foi esse projeto, né. [...] muito não soube aproveitar [...] a maioria foi tudo embora daqui. (Manoel Alves, 2024)

Como toda escolha, o anseio de mudar os rumos da vida, traça o destino de muitas famílias sulista, arriscarem-se por condições melhores de vida. O Projeto Esperança, assim como vários outros projetos voltados para colonização da Amazônia, se torna um retumbante fracasso e nesses processos os sujeitos alvo dos planos são os que ficam desassistidos e esquecidos pelo governo. A falta de planejamento eficaz na construção de propostas de colonização deve levar em conta impactos que ultrapassam o simples desejo de povoar e desenvolver economia. É preciso ter uma relação que compreenda o social, o ambiental, o

político, o cultural e, sobretudo o humano e com respeito à vida. Nesse sentido, vale o manifesto dos trabalhadores colonos ao retratar seu amor pelo país, pelo trabalho e pela vida:

...queremos que todo o mundo saiba que, como brasileiros, amamos nossa pátria e queremos o progresso dela e estamos aqui para isso. Mas que amamos muitos mais a nós e à nossa família, porque sabemos que a pátria somos nós. Queremos produzir, mas exigimos que nos respeitem e nos tratem como pessoas e não como bichos, nem escravos do ITERAM, nem de ninguém. Acreditamos nesse projeto de assentamento do ITERAM. Achamos bom. Mas consideramos muito mal administrado. (Ribeiro, 1998. p. 57)

## 6. Considerações finais

Muitos foram os desdobramentos e percalços que o Projeto Esperança deixou na história dos sujeitos onde ele foi aplicado. Este relato é fruto do esforço para destacar alguns deles e apresentar um quadro geral sobre a problemática dos projetos de assentamento dirigido na Amazônia. Existem ainda outros desdobramentos que não foram citados em função do espaço, mas podem servir de objeto para pesquisas posteriores. Para o momento, é importante perceber que o dilema “integrar para não entregar”, ainda apresenta problemas enquanto ideologia de defesa territorial, não sendo mais um pensamento moderno.

Vale ainda, dar destaque à memória expressa pelas narrativas dos próprios sujeitos do processo, dando-lhes espaço para que exponham seu ponto de vista e enriqueça as análises sobre o projeto. Assim, alcança-se o objetivo deste trabalho levando em consideração que ainda existem lacunas a serem preenchidas.

Finalmente, apesar dos conflitos gerados, da agitação social que representou a situação dos colonos na cidade de Novo Aripuanã, envolvendo diversos setores da sociedade, os pontos de divergência que criaram aquele cenário já parecem superados, uma vez que os remanescentes do projeto encontraram formas de sobreviver aos problemas que sofreram, encontrando-se bem inseridos na sociedade aripuanense.

## 7. Fontes Orais

Manoel Luiz Alves. **Memória dos Colonos do Projeto Esperança em Novo Aripuanã**. Entrevista concedida a Samilli Rodrigues Azevedo. Novo Aripuanã, Amazonas, outubro, 2024.

Roberto Aparecido Bonifácio. **Memória dos Colonos do Projeto Esperança em Novo Aripuanã**. Entrevista concedida a Samilli Rodrigues Azevedo. Novo Aripuanã, Amazonas, outubro, 2024.

Yara Valéria Mariano. **Projeto Esperança e a chegada dos colonos no município de Novo Aripuanã na década de 80**. Entrevista concedida a Samilli Rodrigues Azevedo. Novo Aripuanã, Amazonas, junho, 2024.

## 8. Referências

BRASIL. Serviço Nacional de Informação SNI. Arquivo Cronológico de Entrada ACE 4941/84. - INFÃO 0054/19/AMA/84 Problemas Fundiários – Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) Novo Aripuanã/Amazonas; - INFE 0359/30/AMA/84 Trabalho Escravo – Fazenda Belém, Município de Novo Aripuanã/AM, 1984.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral:** memória, tempo, identidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MACIEL, Raimundo Cláudio Gomes; MARIANO, Reginaldo Silva; FILHO, Pedro Gilberto Cavalcante. Desenvolvimento rural e agricultura familiar: um estudo do Projeto de Assentamento Dirigido Humaitá - Porto Acre (AC). **Redes - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul**, v. 23, n.1, janeiro-abril, 2018.

MEIHY, J. C.S.B. HOLANDA, F. História Oral. São Paulo; 2º ed; Contexto, 2015.

ONETI; Maglúcia Izabel de Assis. Política para o campo no Amazonas: O papel do Instituto de terras do Amazonas/Maglúcia de Assis Oneti. -Manaus, AM: UFAM, 2010.

RIBEIRO, Marlene. Migrantes Brasileiros: Construindo a História, a vida e a palavra. In: Sociedade em Debate, 4 (3); 37-64, novembro/1998.